

O processo de governança na política de Regionalização do Turismo de Minas Gerais: uma análise do Circuito Turístico Caminho Novo

The governance process in the Regionalization of Tourism Policy of Minas Gerais: an analysis of the Caminho Novo Tourist Circuit

El proceso de gobernanza en la política de Regionalización del Turismo de Minas Gerais: un análisis del Circuito Turístico Camino Nuevo

Monalisa Alves¹

Thaís Fátima Souza²

Este artigo foi recebido em 14 de MAIO de 2019 e aprovado em 22 de OUTUBRO de 2019

Resumo: A governança, como um modelo de gestão participativo, democrático e inclusivo, tornou-se, nas últimas décadas, um conceito amplamente difundido, sendo aplicado, também, ao contexto turístico como uma gestão responsável e inovadora. Neste contexto, este artigo tem como objetivo compreender o processo de governança na política de regionalização do turismo de Minas Gerais, tomando como foco o Circuito Turístico Caminho Novo (CTCN). Essa pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa, abrangendo pesquisa bibliográfica e documental; e, entrevistas com representantes do referido circuito turístico. De acordo com os resultados, pode-se observar que o processo de governança proposto não se efetiva integralmente no âmbito do CTCN, sendo que somente algumas características da governança turística foram identificadas.

Palavras-chave: Circuito Turístico Caminho Novo; Governança; Políticas públicas de turismo; Regionalização.

Abstract: Governance as a model of participatory, democratic and inclusive management has become a widely diffused concept in the last decades and is also applied to the tourism context as responsible and innovative management. In this context, this article aims to understand the governance process in the regionalization policy of tourism in Minas Gerais, focusing on the Caminho Novo Tourist Circuit (CTCN). The research was based on a qualitative approach, covering bibliographical and documentary research. Besides that, there were interviews with representatives of the circuit. According to the results it can be observed that the proposed governance process is not fully effective within the scope of the CTCN, and only a few characteristics of tourism governance were identified.

Key words: Caminho Novo Tourist Circuit; Governance; Public tourism policies; Regionalization.

Resumen: La gobernanza, como un modelo de gestión participativa, democrático e inclusivo, se ha convertido en las últimas décadas en un concepto ampliamente difundido, siendo aplicado también al contexto turístico como una gestión responsable e innovadora. En este contexto, el presente artículo tiene como objetivo comprender el proceso de gobernanza en la política de regionalización del turismo de Minas Gerais, tomando como foco el Circuito Turístico Camino Nuevo (CTCN). La investigación

¹ Informações do autor:

Formação/curso: Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. **Instituição:** Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. **E-mail:** monalisabarbosa@yahoo.com.br

² Informações do autor:

Formação/curso: Graduada em Turismo **Instituição:** Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Juiz de Fora - MG, Brasil. **E-mail:** thaiscerqueira05@gmail.com

partió de un abordaje cualitativo, abarcando investigación bibliográfica y documental; y entrevistas con representantes del referido circuito turístico. De acuerdo con los resultados, se puede observar que el proceso de gobernanza propuesto no se efectúa íntegramente en el ámbito del CTCN, siendo que sólo algunas características de la gobernanza turística fueron identificadas.

Palabras clave: Circuito Turístico Camino Nuevo; Gobernanza. Políticas públicas de Turismo; Regionalización.

1. Introdução

A expressão governança origina-se do termo governo e é utilizada para nominar um novo modelo de gestão política que busca articular o setor público, privado e a sociedade de um território ou organização na tomada de decisões de fins coletivos. Recentemente, este modelo de gestão vem sendo muito aplicado na gestão de destinos turísticos, tornando-se um importante objeto de estudo no setor (FERNANDEZ; FERNANDEZ, 2014).

É importante ressaltar que o turismo, enquanto fenômeno sociocultural complexo e que abarca dimensões econômicas, sociais, culturais, ambientais, políticas e espaciais, torna-se pauta imprescindível nas políticas públicas. Contudo, a atividade só passou a integrar as agendas públicas no Brasil recentemente. Segundo Cruz (2002, p.28), “(...)nem coordenação, nem planejamento, papéis essenciais do poder público com relação à organização do setor do turismo, não foram exercidos durante grande parte dessa história”.

Políticas públicas mais consistentes para o setor do turismo no país foram elaboradas a partir da década de 1990, políticas essas que previam a descentralização política e da gestão do turismo, crescendo ainda mais em importância na década de 2000, a partir do Programa de Regionalização do Turismo (PRT).

Segundo o documento “Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes” (2013), a premissa do PRT centra-se no propósito de que sua execução, de forma descentralizada e regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, repercuta positivamente nos resultados socioeconômicos do território (BRASIL, 2013). Neste sentido, apresenta em seu discurso a importância da participação representativa dos municípios e das regiões, por se tratar de uma tarefa coletiva de interesses comuns (BRASIL, 2013).

Diante deste contexto, a partir do PRT, em 2004, o termo governança começou a fazer parte das políticas públicas de turismo no Brasil, quando são instituídas as instâncias de governança

regionais como forma de descentralizar a gestão do turismo no país e promover o planejamento coordenado e participativo (BRASIL, 2013, p.17).

Segundo o documento do Ministério do Turismo (MTUR), “Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional”:

Instâncias são as diferentes formas de organização gestoras do Programa em uma região turística. Governança diz respeito ao ato de governar, conduzir, reger. Portanto, a expressão Institucionalização das Instâncias de Governança Regionais significa estabelecer uma organização para decidir e conduzir o desenvolvimento turístico de uma região (BRASIL, 2007, p. 14).

Nesta perspectiva, o PRT define Instância de Governança Regional como uma “(...)organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional” (BRASIL, 2007, p. 16). Essa estratégia de gestão deve-se, segundo o MTUR, à necessidade de se reconhecer e fortalecer organizações geridas, de forma compartilhada, pelos atores componentes de uma região turística.

Vale ressaltar que, em Minas Gerais, a regionalização do turismo já havia sido implantada em 2001, por meio da política estadual. que incentivou a criação dos circuitos turísticos, também fundamentada no princípio de descentralização política e regionalização da atividade, caracterizando, assim, os circuitos como instâncias de governança.

Dentre os circuitos turísticos existentes, este trabalho tomou como foco de análise o Circuito Turístico Caminho Novo (CTCN), localizado na Zona da Mata Mineira. O CTCN compreende os municípios de Juiz de Fora, Matias Barbosa, Mercês, Santana do Deserto, Santos Dumont e Simão Pereira e busca explorar o potencial para o turismo de negócio e eventos, histórico-cultural e gastronômico da região.

Assim, este artigo pretende compreender o processo de governança instituído pela política de regionalização do turismo em Minas Gerais, tomando como foco o Circuito Turístico Caminho Novo (CTCN). Para realizar tal desdobramento, parte-se da seguinte questão: em que medida o processo de governança, tal como é apresentado no âmbito das políticas públicas de turismo, se efetiva no contexto do CTCN? Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma análise por meio da percepção dos agentes que compõem o circuito.

Este estudo justifica-se, pela importância que o processo de governança assume, no âmbito da gestão de destinos turísticos e das políticas públicas do setor, demandando, desta maneira, maior

compreensão sobre o tema, sua efetivação e suas limitações, visando aprimorar os processos e gerar melhores resultados para o desenvolvimento do turismo e da sociedade; assim como pelas lacunas referentes a execução da Política de Circuitos de Minas Gerais. Segundo Dagnino (2002), devido à diversidade de composição desses espaços, do sucesso, dificuldades e limites encontrados nos mesmos, eles constituem um cenário rico para a pesquisa.

Neste sentido, esse estudo visa contribuir com a produção de conhecimento sobre governança turística, objeto de estudo recente na academia. De acordo com González (2014), a governança, ao longo das duas últimas décadas, gradualmente ocupa os debates políticos e investigações. Entende-se que, por meio da expansão do conhecimento sobre o assunto, colabora-se com o *trade*, a gestão pública, as comunidades locais e as instâncias de governança, fornecendo dados e informações para futuros projetos e planejamentos.

A metodologia de pesquisa utilizada, partiu de uma abordagem qualitativa e consistiu em três etapas. Primeiramente, realizou-se revisão bibliográfica e documental sobre os eixos conceituais principais: governança; governança aplicada ao turismo; política pública de regionalização do turismo em Minas Gerais; Circuito Turístico Caminho Novo. Em uma segunda etapa, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas com representantes da diretoria do CTCN e representantes dos municípios que o compõem. Por fim, utilizou-se da análise de conteúdo temática para refletir sobre o processo de governança no âmbito do CTCN.

Para atingir o objetivo proposto, esse trabalho está estruturado em cinco sessões. A primeira sessão visa abordar os aspectos conceituais de governança e sua aplicação no contexto turístico; a segunda, tem como objetivo apresentar as políticas públicas de regionalização do turismo, tomando como foco os circuitos turísticos; a terceira sessão apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa; a quarta, visa analisar o CTCN enquanto instância de governança; a quinta e última sessão traz as considerações finais da pesquisa.

2. Referencial teórico

2.1 Aspectos conceituais de Governança

A governança é um conceito recentemente criado e propagado, tanto no meio corporativo quanto nas políticas públicas. É um termo complexo com diferentes significados e interpretações. De acordo com Tomio e Schimidt (2014), essa multiplicidade de aplicações do termo governança resulta numa discussão bastante complexa, sem uma dinâmica comum ao seu uso e aplicação; entretanto,

geralmente ele é empregado para denominar qualquer movimento de descentralização do processo decisório, com a participação de atores envolvidos nessa decisão.

Nesse sentido, esse modelo de gestão contemporâneo é caracterizado por muitos autores como democrático, participativo, inclusivo e inovador, por envolver a atuação e articulação de diversos agentes de diferentes setores no processo de tomada de decisões.

Dallabrida (2006) afirma que a governança surgiu na década de 1930, por exploração de Ronald Coase no ambiente corporativo, com o intuito de obter maior eficácia nos processos empresariais e que somente em 1970 passou a ser utilizada e difundida no meio político na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Consoante com tal argumento, Pimentel e Pimentel (2010) apontam que a origem do termo se deu no século XX no contexto econômico corporativo, sendo apropriado pela ciência política na década de 80 definindo os novos meios de governabilidade coletivos.

De acordo com González (2014), a expressão governança surgiu na década de 1990, derivada do termo governo, e é utilizada para nominar um novo modo de gestão política que busca articular o setor público, privado e a sociedade de um território ou organização na tomada de decisões de fins coletivos.

O Banco Mundial define no documento “*Governance and Development*” a governança como “(...)a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento” (GONÇALVES, 2005, p.1). Para Gonçalves (2005), o processo se caracteriza pela articulação entre o setor público e privado, pelas novas configurações institucionais e pela participação de outros agentes e esferas de poder na prática governamental. Dessa forma, pode-se observar que este modelo de gestão implica a participação para que haja democracia nas decisões de fins coletivos.

Evidencia-se que, mesmo tendo originado de governo, a governança distingue-se do governo por apresentar aspectos evolutivos e inovadores de organização e formas institucionais para tomada de decisões políticas com o objetivo de solucionar os impasses e preencher lacunas existentes na sociedade nas quais o governo não vem sendo capaz de atuar positivamente (FUNINI; PIRES, 2009). Para González (2014), o governo (Estado) possui muitos problemas estruturais que dificultam o êxito em todas as suas ações, dessa forma, a governança surge como uma possível solução para esta dificuldade, articulando agentes públicos e sociais na busca pela solução de questões definidas em um dado sistema econômico.

Em 2001, no Fórum Social Mundial, nas discussões do seminário “Democracia e Governança Mundial”, o conceito de governança foi tratado para além do contexto econômico e corporativo/institucional e de boa gestão, passando a integrar a participação de outros atores, além dos estatais, associando-o ao desenvolvimento social e ao princípio de participação, envolvendo os demais atores nas decisões. Dessa maneira, nota-se que houve um movimento buscando tornar este modelo de gestão o mais democrático possível, pautado nas tradições culturais e demais aspectos locais.

Para Gonçalves (2005), a principal característica inovadora trazida pela governança ao contexto político foi o princípio da participação. Tal proposta indica que devem estar envolvidos os diversos atores da sociedade no processo de planejamento e execução de políticas em busca de resultados eficazes na solução de problemas sociais. Diante disso, observa-se que a governança propõe uma descentralização de ações estatais e inclusão das contribuições e opiniões de atores não estatais nas decisões políticas.

Fuini e Pires (2009) corroboram com esta perspectiva ao relatar que, a partir da descentralização estatal, despontou a necessidade de criação de redes de articulação que promovam o desenvolvimento endógeno por meio da participação de atores locais que contribuam com conhecimento específico e pontual sobre o território. Em vista disso, a governança também é associada à dimensão territorial.

Os arranjos institucionais territoriais no formato de governança fomentam o desenvolvimento local e regional a partir da aglomeração de unidades administrativas com afinidades culturais, geográficas, econômicas, entre outras, permitindo a potencialização dos recursos das áreas por meio do trabalho em conjunto, contribuindo para o desenvolvimento do posicionamento competitivo da região (FUINI; PIRES, 2009).

A formação desses novos arranjos caracteriza o que alguns autores vão definir como governança territorial, ou seja, um processo institucional-organizacional de construção de uma estratégia para compatibilizar os diferentes modos de coordenação entre atores geograficamente próximos, atendendo a premissa de resolução de problemas inéditos (COLLETIS et. al, 1999).

De acordo com esta perspectiva, Dallabrida (2006) relata que a governança territorial é o conjunto de práticas de gestão das questões públicas de uma sociedade organizada em um dado território, e que a participação dos atores sociais, econômicos e políticos deve ser embasada no princípio da cooperação, ou seja, reconhecimento e reunião das principais forças incidentes sobre o território.

Fuini e Pires (2009) tratam ainda da delimitação da estrutura de governança territorial, apontando que é constituída de unidades territoriais, por exemplo, um município, uma rede de municípios, uma região, etc. – onde os atores locais entram em relação e concebem instituições que os representam neste acordo, além do próprio ambiente institucional pré-existente.

Neste sentido, pode se organizar em forma de associações, circuitos, Arranjos Produtivos Locais (APL), comitês, conselhos, dentre outros. Desta maneira, se estabelece o fluxo e a troca de informações e conhecimentos entre os diversos agentes representados, tornando mais eficaz o processo de planejamento, estipulação de metas, planos, programas, projetos e ações que facilitem o alcance dos objetivos finais, fortalecendo o território.

No contexto do turismo, a governança é apontada tanto na gestão de destinos turísticos, quanto no âmbito das políticas públicas, sendo vista como forma de articulação de diferentes agentes envolvidos, direta e indiretamente, com o turismo, e visando a promoção do desenvolvimento social, econômico, cultural e político. Para González (2014), a apropriação dos princípios de governança pelo fenômeno do turismo foi possível, por ser uma atividade que envolve bens comuns, o que implica a atuação do sistema político no planejamento, regulamentação e promoção da atividade.

Fernández e Fernández (2014) afirmam que as relações tornam-se complexas devido à diversidade de atores envolvidos com a atividade turística nos destinos e, por este fato, torna-se importante que os métodos e meios de articulação coletiva permitam lidar com esta dificuldade da melhor maneira possível, fomentando as negociações, discussões e a tomada de decisões. Tomio e Schmidt (2014) corroboram ao afirmar que a aplicação da governança no turismo justifica-se pela razão do desenvolvimento da atividade demandar a articulação e o empenho de numerosos atores, como, por exemplo, empresários do *trade* turístico, representantes de associações que dialogam com a atividade, representantes do setor público, instituições de ensino, entre outros.

Diante deste contexto, estudiosos da área formularam definições de governança turística. Fernández e Fernández (2014, p. 687) definem governança turística como

Una práctica de gobierno que se puede medir, que tiene como objetivo dirigir efectivamente el turismo en los diferentes niveles de gobierno, a través de las formas de coordinación, colaboración y/o cooperación, que sean eficaces, transparentes y sujetas a rendición de cuentas, que ayudará a alcanzar los objetivos de interés colectivo que comparten redes de actores involucrados en el sector, con el objetivo de desarrollar soluciones y oportunidades a través de acuerdos basados en el reconocimiento de las interdependencias y responsabilidades compartidas.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, González (2014) compreende a governança no turismo como uma nova forma de tomar decisões coletivas que envolva diferentes agentes sociais e que seja capaz de superar as limitações dos processos usados atualmente. Todas estas perspectivas estão condizentes com a prática da atividade turística, visto que ela é produzida pelo setor privado, pela população local dos destinos turísticos e regulamentada e planejada pelo setor público.

O autor acrescenta que, neste modelo de gestão, é de suma importância fortalecer os atores com menor grau de influência para tornar a interação mais justa e não gerar ações de impactos negativos e desiguais. Neste sentido, Tomio e Schmidt (2014) afirmam que a governança no turismo deve gerar ações que transcendam os objetivos pessoais em prol dos coletivos.

No âmbito das políticas públicas de turismo, a governança se concretiza por meio das instâncias de governança regionais, instituídas pelo PRT, instrumento de ordenamento e planejamento promovido pelo Plano Nacional de Turismo (PNT). O programa define as instâncias de governança regional como “[...]organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional” (BRASIL, 2007, p. 16).

Para Fratucci (2009), o desenvolvimento nessas instâncias deve ser proveniente da organização de atores e ações locais e que o processo deve ser participativo e democrático para que se estabeleça uma rede democrática. Porém, para que as instâncias de governança funcionem como organizações representativas participativas, inclusivas e democráticas, é necessário que o fluxo de comunicação entre todos os agentes seja constante, claro e eficaz.

Portanto, as organizações em forma de governança na arena pública do turismo são instrumentos de gestão descentralizada e participativa que abrangem a atividade em todo o território nacional e estão previstas pelo MTUR no PRT, como uma forma de organizar os destinos e aumentar a competitividade nacional e internacional, além de sistematizar melhor o território para a disponibilização de investimentos federais para o turismo.

Desta forma, para atingir o objetivo proposto neste estudo, a sessão a seguir visa contextualizar a governança no âmbito da política de regionalização do turismo no estado de Minas Gerais, por meio dos circuitos turísticos.

2.2 Regionalização do Turismo em Minas Gerais

A política de Regionalização do Turismo em Minas Gerais ocorreu pela criação dos circuitos turísticos, sendo elaborada após a criação da Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais (SETUR/MG), pelo próprio órgão no final da década de 1990. De acordo com Pimentel e Pimentel (2019), a inovação que a SETUR/MG e a política de turismo adotada representam é significativa, introduzindo profundas alterações, tanto de ordem política, como administrativa, estratégica e operacional, que necessitam de ser avaliadas.

Em âmbito federal, a regionalização do turismo é instituída pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT), em 2004, posterior à política mineira, reforçando o foco da descentralização do turismo. Nesta fase, foram mapeadas as regiões turísticas no país e elaboradas diretrizes políticas e operacionais do programa, diretrizes essas que foram atualizadas em 2013. De acordo com o PNT 2018-2022, o programa “[...]foi ganhando força e status nas políticas desenvolvidas pelo setor, até se tornar a diretriz central para o processo de desenvolvimento turístico brasileiro” (BRASIL, 2018, p.54). O atual Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021 registrou 2694 municípios em 333 regiões (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019).

Cabe ressaltar que até o período de criação da SETUR-MG, o turismo não era tratado como questão política relevante, tendo em vista que a primeira menção legal à atividade no Estado foi em 1940, quando foi criado o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, no qual abrangia o turismo. A partir de então, foi crescendo em importância na agenda pública e, em 1960, criou-se o primeiro órgão especializado para o turismo, a Hidrominas, cujo objetivo principal era planejar e promover a atividade nos recursos hidrominerais do Estado. A Constituição Estadual de 1989 trouxe o turismo como uma pauta obrigatória do setor público e, a partir disso, elaborou-se uma política estadual para o setor (GOMES, 2008).

Em 2001, a SETUR/MG lançou uma política de incentivo à criação dos circuitos turísticos, como um modo de estimular o desenvolvimento da atividade por meio da expansão de produtos turísticos e, portanto, no aumento do tempo de permanência do turista no estado (EMMENDOERFER, 2008).

Para Pimentel e Pimentel (2019, p. 144),

[...]a despeito de ser incentivada pela SETUR, a formação dos circuitos turísticos deveria ocorrer por livre iniciativa dos municípios, de maneira voluntária, devendo a formação das instâncias de governança do circuito envolver a participação social, o compartilhamento de responsabilidades e a cooperação multisetorial. O modelo pressupõe a participação ativa da sociedade para definição das prioridades

necessárias ao desenvolvimento do turismo, participação que ocorreria por meio de uma metodologia de indução, visando com que as comunidades se envolvessem de modo ativo e consciente.

Dessa maneira, baseada na descentralização das decisões, a secretaria organizou oficinas participativas com a finalidade de discutir o papel da regionalização no desenvolvimento do turismo com a população local e o poder público. Ao todo, foram realizadas 54 oficinas, com mais de 400 municípios e nessas mesmas oficinas os participantes já programavam os próximos passos para a criação dos circuitos (GOMES, 2008). A finalidade dessas oficinas foi de incentivar a formação de grupos representativos para atuarem na gestão regional do turismo, baseados nas especificidades, projetos e iniciativas locais por parte dos representantes municipais.

De acordo com Pimentel e Pimentel (2019), a política de turismo de Minas Gerais apresenta, como critérios fundamentais, a regionalização e a descentralização, critérios estes já presentes em políticas anteriores, tanto no Brasil, como no exterior, tais como Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e o modelo francês.

Assim, em 2003, por meio do Decreto de Lei nº 43.321, a SETUR/ MG regularizou os circuitos turísticos como “[...] entidades sem fins lucrativos, que caracterizam a política pública de Regionalização do Turismo de Minas Gerais”. Segundo a SETUR/MG, um circuito turístico é formado por um conjunto de municípios com características turísticas semelhantes, situados em dado limite geográfico, em que o poder público, o setor privado e a comunidade local organizada se articulam para gerir a atividade de modo regional e sustentável, de acordo com as normas estabelecidas pela política estadual. As associações visam criar e/ou estabelecer uma identidade regional turística, produzindo o desenvolvimento por meio de ações entre parcerias (MINAS GERAIS, 2017).

A Política de Regionalização é constituída, portanto, pelo Decreto Estadual nº 43.321/2003, que dispõe sobre o reconhecimento dos circuitos e da Resolução SETES nº045/2014 que estipula os critérios fundamentais para o reconhecimento e funcionamento dos circuitos. Atualmente, o estado conta com 47 circuitos certificados e 600 municípios regionalizados.

A resolução determina que os circuitos para serem reconhecidos precisam obter o Certificado de Reconhecimento dos Circuitos Turísticos e que, para tal, é necessário cumprir com alguns critérios, tais como possuir, no mínimo, um ano de existência formal, possuir, no mínimo, cinco municípios associados de uma mesma região geográfica e com características culturais, sociais

e econômicas afins e ser uma entidade sem fins lucrativos, com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da atividade (MINAS GERAIS, 2014).

Além de obedecer aos critérios propostos, é também obrigatório apresentar a documentação definida pela resolução da SETUR/MG, que abrange: estatuto social registrado, regimento interno, ter a denominação precedida da expressão “Circuito Turístico”, possuir declaração de participação do poder público e privado dos municípios, plano estratégico e de ações anual, inventário da oferta turística, contar com pelo menos um profissional graduado em turismo e/ou especialista em Turismo, ter logomarca. (MINAS GERAIS, 2014). A certificação possui validade de um ano, devendo ser entregue documentação para renovação anualmente.

A Secretaria recomenda ainda que os municípios pertencentes a um mesmo circuito devem estar localizados a um raio de 100 quilômetros entre si. Os circuitos também variam de personalidade jurídica, podendo ser associações, agências, ONGs, conselhos, entre outros.

Alves (2015) relata que, dentre as atividades que competem a um circuito, estão: definir por meio da identidade comum regional dos municípios participantes o nome do Circuito; promover a interlocução entre os demais circuitos, municípios, comunidades, parceiros, governo estadual e federal; captar recursos, parcerias e associados; estabelecer estratégias para viabilizar a sustentabilidade financeira dos Circuitos Turísticos; realizar reuniões de integração e alinhamento técnico com a participação dos técnicos da SETUR/MG; detectar possíveis projetos turísticos adequados à realidade regional; gerenciar projetos e executar ações, conforme Planejamento Estratégico do Circuito; promover a região em *websites* e redes sociais; entre outros.

Sette, Valle e Coutinho (2014) afirmam que a regionalização do turismo em Minas Gerais é percebida por grande parte dos presidentes e gestores como um método de grande êxito, mas, também apontam em sua pesquisa que existem muitos desafios e falhas com relação à implementação da política, como, por exemplo, a falta de clareza nas orientações e diretrizes estabelecidas pela SETUR/MG; as falhas nos canais de comunicação entre as instâncias, agentes e desses com a secretaria; e, em maior evidência, a dificuldade financeira que os circuitos possuem, dado o fato de que sustentam suas atividades com a soma das taxas mensais dos associados, valor este que não é suficiente para o custeio de projetos e subsistência da entidade.

A partir de tal posicionamento, identifica-se que nem todos os circuitos conseguem desempenhar as funções que lhe cabem de modo eficaz e eficiente, evidenciando lacunas existentes na execução da política de regionalização. As autoras destacam também que os circuitos possuem

uma grande variação característica de região para região e que é necessário elaborar orientações técnicas singulares a cada uma delas.

Knupp e Naves (2012) salientam que, apesar de serem instituídos para possuírem autonomia, os circuitos ainda não a possuem, sendo totalmente dependentes do MTUR, da SETUR/MG e da Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais (FECITUR)³, principalmente, financeira e tecnicamente. Outra crítica feita pelos autores à políticas e dá pelo fato de que os circuitos devem estar atrelados aos setores públicos municipais para obter certificação, o que os torna dependentes das prefeituras.

Trentin e Fratucci (2011) apontam que uma das grandes dificuldades do PRT foi conseguir promover efetivamente a cooperação e integração entre os agentes sociais, premissa básica para seu funcionamento. Para os autores, sem a organização dos municípios, há um grande dificuldade dos arranjos e redes regionais se estruturarem.

Contudo, apesar dos avanços obtidos pela organização regionalizada, muitos são os desafios. Para Knupp e Naves (2012), a realidade não condiz com as diretrizes políticas em razão de impasses como a concorrência criada entre municípios e desses com os circuitos, não trabalhando em conjunto; a descontinuidade das ações devido às trocas de gestões dos representantes municipais; e, atenções centradas em possuir certificação e reconhecimento do Estado ao invés do reconhecimento pela promoção do desenvolvimento regional.

Desse modo, entende-se que é cada vez mais necessário estudos que identifiquem as potencialidades e os desafios da política, com o intuito de maximizar os aspectos positivos e minimizar os negativos, visando, assim, seu aprimoramento.

3. Metodologia

Este trabalho utilizou-se de uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender em que medida o que é apresentado enquanto “governança” no discurso da política pública de turismo se efetiva no âmbito dos Circuitos Turísticos em Minas Gerais. Segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, em um nível de realidade que não pode ou não

³ A FECITUR é uma entidade sem fins lucrativos, privada, criada para auxiliar na consolidação do Programa de Regionalização de Minas Gerais, atuando em prol dos circuitos turísticos por meio de assistência técnica e administrativa, estimulando a integração entre eles, com o setor público, privado e demais parceiros. Conta com 40 circuitos associados e mantenedores. Caracteriza-se como uma nova instância de governança de turismo no Brasil.

deveria ser quantificado, pois seu objeto de estudo dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. Este conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social e busca a descoberta de códigos sociais dos informantes a partir de falas, símbolos e observações.

Trata-se de um estudo de caso, que, parte da percepção dos agentes que compõem a instância de governança – Circuito Turístico Caminho Novo. Yin (1994, p.13), define o estudo de caso como uma averiguação empírica que analisa um acontecimento, fato recente em seu real cenário, principalmente quando os limites entre o acontecimento e o contexto não estão evidentemente definidos.

A pesquisa consistiu em três etapas. Primeiramente, realizou-se pesquisa documental e bibliográfica, analisando documentos oficiais, referencial teórico e bibliografias já produzidas sobre o tema, o que proporcionou um conhecimento prévio do que já foi estudado sobre o assunto (FONSECA, 2002). Em seguida, foram realizadas entrevistas com os representantes dos municípios associados ao circuito, sendo estes: Matias Barbosa, Mercês, Santana do Deserto e Simão Pereira; e, com membros da diretoria do CTCN. As entrevistas, técnica de interação social, foram do tipo semiestruturada. Foram utilizadas como fonte de informação e caracterização do objeto de estudo (SILVEIRA; GERHARDT, 2009). Para analisar a efetivação do processo de governança no CTCN, foi elaborado um roteiro com perguntas para a diretoria e para os representantes municipais sobre o tema e sobre o circuito, com o objetivo de compreender seu funcionamento por meio da perspectiva desses representantes.

Para realizar a interpretação dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo temática que, segundo Bardin (2008), é um conjunto de métodos de análise baseadas em temas e objetivos gerais, cujo conteúdo dos dados e informações possibilitam inferir conhecimentos inerentes ao contexto em que são produzidos. Dessa maneira, analisou-se o conteúdo da pesquisa a partir dos seguintes temas centrais: noção de governança; conhecimento sobre o circuito; processo decisório; sentimento de pertencimento; representação; articulação; benefícios e desafios; e, obstáculos existentes.

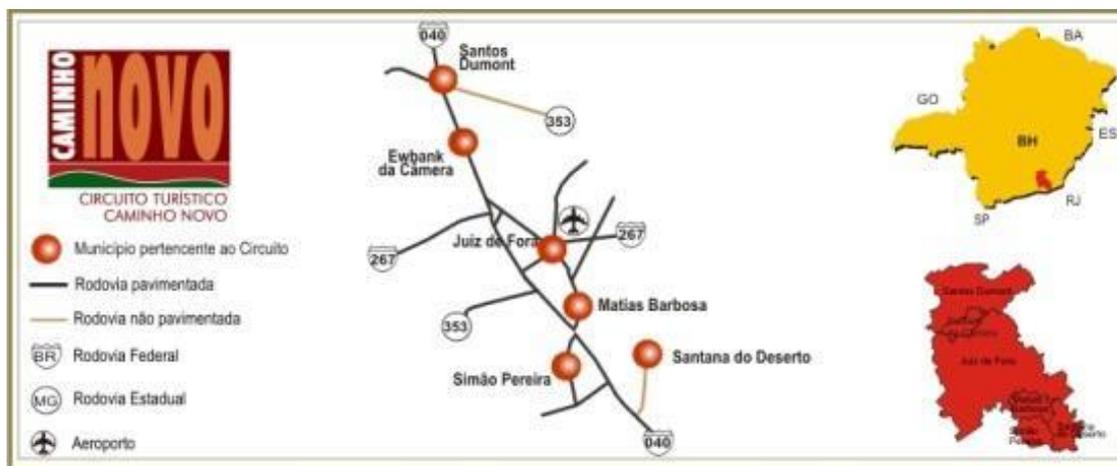
4. Resultados e discussão

4.1 A governança no contexto do Circuito Turístico Caminho Novo

A Associação Circuito Turístico Caminho Novo, foi criada em 07 de março de 2002 e localiza-se na Zona da Mata Mineira, compreendendo os municípios de Juiz de Fora, Matias Barbosa,

Mercês, Santana do Deserto, Santos Dumont e Simão Pereira. A entidade é formada por representantes do poder público, setor privado e sociedade civil organizada e é a instância de governança regional instituída pela política de regionalização de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2017). Sua criação foi simultânea à implementação da política de regionalização do Estado, porém, pouco tempo depois, a associação ficou inativa, voltando à atividade somente em 2005, só existindo registros da instituição a partir deste período (EUGENIO, 2016).

Figura 1 – Mapa do Circuito Turístico Caminho Novo⁴



Fonte: MINAS GERAIS, 2017

De acordo com a caracterização do MTUR, o Circuito possui a cidade de Juiz de Fora como destino indutor do turismo regional que se promove como cidade de turismo de negócios e eventos. Além do segmento explorado por Juiz de Fora, o CTCN também explora as belas paisagens, a diversidade do artesanato, a gastronomia e o Caminho Novo da Estrada Real. O circuito também busca promover as manifestações culturais e religiosas dos municípios que o compõe (CIRCUITO TURÍSTICO CAMINHO NOVO, 2016).

O circuito foi nomeado como Caminho Novo por situar-se em um trecho pertencente ao Caminho Novo da Estrada Real, rota criada no século XVII por onde era realizada a transportação do ouro, ligando a cidade de Ouro Preto ao município do Rio de Janeiro. Atualmente, a rota é utilizada para fins turísticos (CROCE, 2014). Esta foi por certo tempo o principal produto turístico da região, porém, atualmente, os municípios associados desenvolveram distintos aspectos turísticos, como, por

⁴ Atualmente, o município de Ewbank da Câmara não faz mais parte do CTCN e o município de Mercês faz parte do CTCN.

exemplo, Santos Dumont que possui como principal atrativo o Museu Casa de Cabangu⁵; a cidade de Juiz de Fora, além do segmento de negócios e eventos possui também importantes atrativos históricos como o Museu Mariano Procópio⁶; e, os outros municípios que buscam explorar o turismo histórico-cultural, religioso e a produção artesanal (EUGENIO, 2016).

De acordo com Eugenio (2016, p.33-34), o circuito possui a função de

auxiliar os municípios associados na organização das suas políticas para o desenvolvimento do turismo e em suas atividades de caráter turístico, histórico e cultural, como: a promoção do turismo no município e na região, o desenvolvimento social e econômico, a preservação dos patrimônios cultural e ambiental, bem como, a realização e a participação em eventos.

O CTCN é mantido financeiramente por quantias advindas de convênio com os municípios associados e pelas taxas de mensalidades dos associados. De acordo com um dos membros da diretoria, o trabalho realizado pelos membros é voluntário.

Atualmente, a associação encontra-se em processo de mudança de gestão e o processo eleitoral está previsto para janeiro de 2018. A diretoria formada na última gestão era composta por sete membros, sendo estes: presidente, vice-presidente, gestor do circuito, diretor administrativo financeiro, diretor de marketing, diretor executivo e o secretário executivo, assim como, os representantes municipais, sendo que dois deles fazem parte da diretoria.

No período de realização da pesquisa, os cargos de presidente e gestor encontravam-se vagos. Todos os representantes foram contatados para a realização da pesquisa, porém as entrevistas foram realizadas com cinco representantes da diretoria, e com quatro representantes municipais, sendo estes de Matias Barbosa, Mercês, Santana do Deserto e Simão Pereira. Os representantes desses dois últimos municípios são também componentes da diretoria.

Não se teve retorno do representante da Prefeitura de Juiz de Fora. Ao contatar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Esporte e Lazer do município de Santos Dumont para a entrevista, a responsável pelo turismo afirmou que o município não possui um representante no circuito atualmente e, por este fato, não poderia atender a solicitação de entrevista. Assim, a ausência de retorno de alguns representantes permite questionar como, de fato, se dá a participação dos atores

⁵ O Museu de Cabangu é o local onde nasceu Alberto Santos Dumont, conhecido como Pai da Aviação e abriga um acervo dos seus inventos e de sua história. Fonte: <http://www.turismo.santosdumont.mg.gov.br/museu-cabangu>. Acesso em nov. de 2017.

⁶ O Museu Mariano Procópio foi fundado em 1915 e abriga um acervo de, aproximadamente, 50 mil peças colecionadas por Alfredo Ferreira Lage. Fonte: <http://mapro.pjf.mg.gov.br/>. Acesso em nov.de 2017.

representados no CTCN, se realmente se efetiva de modo igualitário, democrático e responsável como o conceito de governança propõe.

Vale ressaltar que essa última gestão do CTCN é uma gestão temporária, que teve início há, aproximadamente, quatro meses e se constituiu com o objetivo de atualizar o estatuto da associação para reformular alguns aspectos concernentes à participação dos municípios e da diretoria. Observou-se, por meio das entrevistas, que o circuito passa por uma fase delicada de atuação, em que os membros encontram-se desestimulados, devido a dificuldades que a entidade enfrenta, dificuldades estas que serão citadas na análise a seguir.

Questionados sobre o que é governança, todos os entrevistados relacionaram o termo com a execução das políticas públicas ministeriais, sendo que a resposta de dois deles aproxima-se mais do conceito como uma forma de articulação e os demais pesquisados a definem mais como uma forma de gestão. Somente um membro da diretoria aponta a participação, a cooperação e a democracia no processo de tomada de decisões como características da governança, o que reflete a falta de conhecimento sobre os critérios fundamentais do processo por parte da maioria dos agentes que o concretiza na região.

Contudo, nas entrevistas dos demais representantes, essa visão está inferida nas respostas de outras perguntas como, por exemplo, sobre quais atores devem estar representados e sobre como funciona o processo de tomada de decisões no CTCN. De acordo com um dos entrevistados, “[...]toda e qualquer governança deve ser voltada para a manutenção do bem comum, visa a administração dos recursos sociais e econômicos de uma cidade, estado ou país e sempre visando o seu desenvolvimento”.

A definição dos representantes dialoga com a teoria apresentada ao propor que a governança, no âmbito do turismo, representa um modelo de gestão que associa poder público, execução de políticas públicas, modo de gestão e articulação entre os diferentes atores do turismo. Segundo um dos membros da diretoria

[...]a governança se apresenta como uma nova forma de se organizar e desenvolver políticas públicas nos mais variados âmbitos. Este novo conceito preza pela articulação e participação de todos os agentes sociais no processo de decisão sobre políticas que dizem respeito a eles próprios (desde as propostas até a forma de execução). Governança não deve ser confundida com governabilidade, governo ou rede, o que é comum ocorrer.

Portanto, tais perspectivas são consoantes com os conceitos apresentados por Gonzáles (2014), Gonçalves (2005), Dallabrida (2006), entre outros.

Com relação ao que é um circuito e qual seu papel, todos os entrevistados concordaram ser um meio, um instrumento da política de regionalização mineira, que possui o objetivo de executar ações planejadas a nível estadual e nacional para a promoção do desenvolvimento turístico em âmbito regional. Uma das críticas realizadas a instituição dos circuitos é de que essas instâncias foram criadas e recebem apoio mínimo da SETUR/MG, que demanda com frequência dos circuitos, mas não presta assistência técnica e financeira desejada, impactando diretamente no funcionamento do circuito que não é capaz de realizar projetos consistentes capazes de auxiliar no desenvolvimento da região.

Tal fato expõe como a política de regionalização mineira não é processada conforme as políticas e documentos oficiais, corroborando com a interpretação de Knupp e Naves (2012, p. 688) de que “[...]a realidade parece ainda não condizer com os princípios norteadores da política dos circuitos mineiros, mas de fato ocorreu um avanço em relação ao setor do turismo no estado de Minas Gerais”.

A maioria dos entrevistados que faz parte da diretoria expressou ter conhecimento da história do circuito, dos quais apenas um não soube responder objetivamente. Ainda assim, percebe-se que todos possuem informações sobre o histórico do circuito, mesmo que superficiais.

No que concerne ao papel do circuito na promoção do desenvolvimento do turismo no município e na região, todos os agentes concordam que um circuito possui este potencial, contudo, cinco dos sete entrevistados disseram que o CTCN não consegue cumprir esta função devido a alguns impasses, tais como a falta de um produto turístico consolidado, as dificuldades financeiras, os conflitos políticos e a falta de interesse, investimento e participação dos municípios. Tais pontos reafirmam como ainda são diversos os entraves identificados na prática do processo de governança.

Os atores julgam o processo de tomada de decisões no CTCN democrático. Todos eles afirmaram que tal processo se realiza por meio de assembleias em que há forte abertura para participação e articulação de todos os associados igualmente, porém, esta democracia não se efetiva por conta da baixa adesão dos municípios as reuniões. Segundo os diretores, os gestores municipais possuem maior interesse em estar regularizados junto a SETUR, sendo incluídos no mapa de regionalização do turismo mineiro produzir resultados que possibilitem o desenvolvimento do turismo na região. Tal fato demonstra como o processo de participação ainda é insuficiente no CTCN.

O representante de um dos municípios confirma ter recebido convites para as assembleias, mas nunca ter participado; e, o representante de outro declarou não ter embasamento para responder a tal questionamento visto que ocupa o cargo há dois meses. Também foram citadas como ocorrências do processo de tomada de decisões no circuito, a centralização das ações e de opiniões por parte de

representantes e municípios. Mais uma vez, as imperfeições do processo político são apresentadas como obstáculos para o desenvolvimento, deixando clara a necessidade da existência de maior autonomia das instâncias em relação a participação dos municípios.

Com relação ao sentimento de pertencimento ao CTCN, os quatro representantes municipais afirmaram compartilhar de tal sentimento. Em conformidade com a fala de um dos representantes “[...]pertencer ao circuito é muito mais que estar associado, significa usufruir de um direito e poder contribuir para a região”. O representante afirma que é preciso realizar mais que apenas manter um convênio, ou fazer pagamento de mensalidades. Para o representante de outro município, este sempre pertenceu ao circuito mesmo antes de efetivar o convênio. Isso retrata a existência de identificação e reconhecimento do espaço regional como próprio. Tal sentimento de pertencimento ao lugar é essencial para um trabalho coletivo que produza resultados positivos.

Quanto aos atores que devem estar representados na instância, todos foram unânimes ao afirmar que devem participar: os municípios, os representantes de empreendimentos privados e associações ligados ao setor, pessoas físicas que trabalhem com a atividade ou que sejam interessadas no turismo, instituições de ensino, entre outros. Ou seja, todos os agentes envolvidos com o turismo como expõem Fernández e Fernández (2014). Apesar dos representantes compartilharem da mesma opinião e de expressarem que é necessária a participação de diversos atores, de acordo com uma das entrevistadas, na realidade do CTCN a representação não é igualitária, estando representados apenas o setor público, artesãos e um pequeno número de pessoas físicas.

A articulação no CTCN é um dos aspectos mais criticados pelos entrevistados, segundo eles, ela não se efetiva. Apenas um dos representantes não soube responder a pergunta, devido ao pouco tempo de participação. Como causas desse impasse, são apontados os conflitos de interesse, a falta de conhecimento dos benefícios que o circuito pode gerar, escassez de responsáveis pelo turismo nas prefeituras e o pequeno número de associados.

De acordo com Bantim e Fratucci (2019, p. 113), é

[...]utópico pensar que todas as pessoas inseridas em um grupo social possuem os mesmos interesses ou opiniões, por isso, se torna extremamente complexo falar em participação como se a comunidade participante fosse um ente único, sem embates, jogos de força e poder e disputas internas e capaz de atingir um consenso de forma simples.

Além disso, essas consequências são resultados do ineficiente processo de comunicação na instância e dela com as demais e com a SETUR/ MG, de como o setor do turismo não é trabalhado por pessoas qualificadas nos municípios e de como o circuito não consegue se promover na região. Diante

disso, observa-se que a articulação, um dos principais pilares do processo de governança, segundo Gonzáles (2014), não é aplicada na gestão do CTCN.

De acordo com os sujeitos entrevistados, os benefícios gerados pelo trabalho realizado no circuito compreendem: o auxílio na organização da política de turismo municipal; uma região bem estruturada, com produtos articulados e mais conhecida; a certificação; a realização do inventário turístico; o engrandecimento da memória cultural do município; o reconhecimento e apoio aos artesãos e outros da produção associada ao turismo; divulgação e incentivo da cerveja artesanal; orientação e informação aos municípios associados; e, a realização de projetos como circuito em festa, feiras e participação em eventos divulgação da região. O que significa que, apesar de todas as dificuldades no funcionamento, o circuito ainda é capaz de desempenhar ações importantes.

Três dos entrevistados não citaram benefícios percebidos no trabalho do CTCN, contudo, um deles afirmou que o trabalho em conjunto, com todos os municípios e todo o *trade* turístico, representaria um trabalho de governança turística. Já outro entrevistado afirmou perceber apenas o cumprimento de tarefas obrigatórias impostas pela SETUR/MG, o que não é suficiente para trazer benefícios para a região. Tal fato expõe que os atores têm conhecimento de que o papel do circuito não vem sendo realizado como deveria.

Com relação aos aspectos positivos apontados, possibilitados pelo trabalho no CTCN, pode-se afirmar que estão de acordo com o previsto no PRT e na política mineira de turismo, ao contribuir para o progresso do planejamento e das políticas públicas municipais, para a promoção do turismo e da região e formatação do produto turístico.

Os desafios citados pelos entrevistados no âmbito do CTCN compreendem o diálogo; a articulação; integração regional; os conflitos políticos e de interesses; o trabalho coletivo; a falta de informação, conhecimento e capacidade técnica por parte dos gestores dos municípios; a dificuldade financeira; a insuficiente participação dos municípios; o trabalho ser voluntário; o pequeno número de associados que ocasiona na escassez de recursos financeiros; a forte dependência da esfera pública; a conscientização dos gestores municipais quanto aos ganhos que podem ser proporcionados com o desenvolvimento do turismo regional; a criação de um produto turístico estruturado; e, a capacitação do *trade* turístico. Essas dificuldades identificadas pelos atores entrevistados são confirmadas por Knupp e Naves (2012) em análise anterior sobre a política pública de Minas Gerais.

Quanto aos obstáculos apresentados, destacam-se a falta de interesse em dialogar; a politicagem; a descontinuidade política; falta de conhecimento e informação técnica em todas as

esferas; a desarticulação; demasiada vaidade; a questão de o turismo ser o último a ser pensado pelos gestores municipais; a ausência dos demais atores; a ausência de um gestor; e o entendimento de que o trabalho em rede pode beneficiar a todos. Os obstáculos apontados na pesquisa são também expostos por Sette, Valle e Coutinho (2014) na análise sobre a política de regionalização de Minas Gerais.

É importante ressaltar que o CTCN passa por uma fase atípica de gestão, porém, apresenta problemas comuns a outras instâncias de governança regional, conforme revisão bibliográfica realizada. Isso indica que os problemas apontados não são exclusivos da entidade por estar passando por um momento de transição, mas sim, um problema de gestão democrática, de se estabelecer na prática o que se propõe enquanto instância de governança.

5. Considerações finais

De acordo com o referencial teórico pesquisado, a governança é um processo contemporâneo e inovador que compreende alguns aspectos, tais como participação, articulação, inclusão, descentralização política, desenvolvimento regional, cooperação, integração e transparência. No entanto, constatou-se que, apesar de prever a geração de inúmeros benefícios, este processo não se efetiva no contexto do CTCN.

Averiguou-se que apenas dois dos setores que deveriam estar representados nas instâncias de governança do turismo, estão representados no CTCN, sendo estes o poder público e os membros da sociedade civil. Deste modo, os interesses coletivos não estão integralmente representados na entidade. Dentre os principais entraves citados nas entrevistas, podemos destacar a dificuldade financeira e a falta de comprometimento dos municípios como obstáculos para o desenvolvimento do turismo regional.

A região possui significativo potencial turístico, seja histórico cultural, de eventos e negócios e gastronômico, porém este potencial só renderá resultados positivos se trabalhado em conjunto pelos diversos atores que compõem o CTCN. Segundo os entrevistados, falta conhecimento por parte dos agentes do turismo sobre a governança e os benefícios que ela pode gerar. Neste sentido, o circuito necessita do conhecimento e engajamento destes atores para que possam ser desenvolvidas ações concretas para o desenvolvimento da atividade turística na região.

Contudo, recomenda-se novos estudos sobre os processos de governança e a política em todo o país, para que novas estratégias possam ser sugeridas e para que novas instâncias de governança possam se constituir efetivamente como espaços de gestão democrática.

6. Referências

ALVES, M. B. **Políticas públicas de Turismo: o princípio da participação no contexto do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca/Minas Gerais**. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BANTIM, N. R.; FRATUCCI, A.C. Gestão Regional do Turismo – participação e representatividade no Conselho Regional de Turismo das Agulhas Negras-RJ. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo** São Paulo, v. 13, n. 1, p. 108-124, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Novo mapa do turismo brasileiro compreende mais regiões turísticas do país**. 2019. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12892-novo-mapa-do-turismo-brasileiro-compreende-mais-regi%C3%B5es-tur%C3%ADsticas-do-pa%C3%ADs.html>
Acesso em: out de 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego e mais renda para o Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Institucionalização da Instância de Governança Regional. Módulo operacional 3. Secretaria Nacional de Políticas do Turismo**. Brasília, DF. 2007.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**. Brasília, 2004

CIRCUITO TURÍSTICO CAMINHO NOVO. **O que é Circuito Caminho Novo?**. Disponível em:
<http://www.caminhonovodeminas.com.br/>. Acesso em: 10 de nov de 2017

COLLETIS, G., GILLY, J. P., LEROUX, I., PECQUEUR, B., PERRAT, J., RYCHEN, F., ZIMMERMANN, J. B. Construction territoriale et Dynamiques productives. **Revue Sciences de la Société**, 48, Outubro, 1999.

CROCE, J. D. M. Juiz de Fora e o caminho novo: uma análise sobre a gestão pública do Turismo. In: **Reunião Brasileira de Antropologia, 2014, Natal. 29 RBA Diálogos Antropológicos Expandindo Fronteiras**, 2014.

CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DAGNINO, E. **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: a densidade institucional e o capital social no processo de gestão do desenvolvimento territorial. In: **Seminário Internacional sobre Desenvolvimento**

Local, 3. 2006, Santa Cruz do Sul: Unisc. Disponível em: <http://www.capitalsocialsul.com.br>. Acesso em: nov de 2017.

EMMENDOERFER, L. A política pública de regionalização do turismo em Minas Gerais: os circuitos turísticos. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 221-240, 2008.

EUGENIO, J. **Relatório técnico-científico de estágio profissionalizante junto ao Circuito Turístico Caminho Novo** (Graduação em Turismo). Instituto de Ciências Humanas - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

FEDERAÇÃO DOS CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS. **Circuitos turísticos**. Disponível em: <http://www.fecitur.org.br/sobre-nos/>. Acesso em: 15 de nov de 2017.

FERNÁNDEZ, M. C .P.; FERNÁNDEZ, J. I. P. Existe gobernanza en la actual gestión de los destinos turísticos? Estudio de casos. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v. 12, n.4, p. 685-705. 2014.

FUINI, L. L.; PIRES, E. L. S. As dimensões da governança territorial: delineamento preliminar de aspectos teóricos e morfológicos. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **As dimensões da governança territorial: delineamento preliminar de aspectos teóricos e morfológicos**. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, p. 291-313, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FRATUCCI, A. C. Refletindo sobre a gestão dos espaços turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 20, n.3, dez. 2009.

FUNDAÇÃO MUSEU MARIANO PROCÓPIO. **Apresentação**. Disponível em: <http://mapro.pjf.mg.gov.br/index.php/apresentacao>. Acesso em: 17 nov de 2017.

GOMES, B. M. A. **Políticas públicas e as transações em regiões turísticas**. São Paulo: All Print, 2008.

GONÇALVES, A. F. O conceito de governança. In: Congresso Nacional CONPEDI, 14, Fortaleza, 2005.

GONZÁLEZ , M. V. P. Gobernanza turística: Políticas públicas innovadoras o retórica banal? **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, nov. 2014.

IBGE. **Censo Demográfico**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=315590&search=minas-gerais>. Acesso em: 15 nov. 2017.

KNUPP, M. E. C. G.; NAVES, F. L. Redes do Turismo: uma análise da política de turismo do estado de Minas Gerais - Brasil. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 663-690, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Turismo de Minas Gerais. **Informações**. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas>. Acesso em: 10 de nov de 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Turismo de Minas Gerais. **Circuito Turístico Caminho Novo**. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/lista-de-circuitos/979-circuito-turistico-caminho-novo>. Acesso em : 07 de nov de 2017

MINAS GERAIS. Secretaria de Turismo de Minas Gerais. **Institucional**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/institucional.html>. Acesso em : 05 de nov de 2017

MINAS GERAIS. Secretaria de Turismo de Minas Gerais. **Mapas**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/institucional.html>. Acesso em : 15 de nov de 2017

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Turismo. **Resolução nº 022**. Dispõe sobre a institucionalização dos Circuitos Turísticos e dá outras providências. 23 de maio 2005.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Turismo. **Decreto nº 43.321**. Dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos e dá outras providências. 8 de maio de 2003.

PIMENTEL, T.D. ; PIMENTEL, M. P. C. Avaliação política da política de estado de turismo de Minas Gerais. **Revista Acadêmica Observatório de inovação do Turismo**, v. 13, n.1, p. 131-157, 2019.

PIMENTEL, T.D. ; PIMENTEL, M. P. C. Governança territorial como estratégia de gestão social do desenvolvimento. In: **Encontro de Administração Pública e Governança - EnAPG**, Vitória, Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD, 4, 2010.

SANTOS DUMONT TURISMO. **Museu de Cabangu**. Disponível em: <http://www.turismo.santosdumont.mg.gov.br/museu-cabangu>. Acesso em 15 nov de 2017.

SETTE, I. R.; VALLE, M. I. M. do; COUTINHO, M. P. C. O Programa de Regionalização do Turismo de Minas Gerais: uma abordagem da política pública estadual de turismo. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 608-627, 2014.

SILVEIRA, D. T.; GERHARDT, T. E.. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TOMIO, M.; SCHMIDT, C. M. Governança e ações coletivas no Turismo Regional: a experiência dos empreendedores da Região Oeste do Paraná. **Turismo: Visão e Ação (Online)**, v. 16, p. 710-739, 2014.

TRENTIN, F.; FRATUCCI, A. C. Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização à regionalização. **International Conference On Tourism & Management Studies**. Algarve, P. 839-848, 2011.

YIN, R.K. (1994): **Case study research: design and methods**, sage publications, Thousand Oaks, CA.